



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1012233-75.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - Intervenção em Estado / Município**
 Impetrante: **ROSIMEIRE APARECIDA REDONDO**
 Impetrado: **26ª CIRETRAN DE SÃO CARLOS e outro**

Justiça Gratuita

CONCLUSÃO

Em 08 de maio de 2015, faço conclusos estes autos à MM. Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública desta Comarca, **Dra. GABRIELA MÜLLER CARIOBA ATTANASIO**. Eu, Mirian Cury, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

Vistos.

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por **ROSIMEIRE APARECIDA REDONDO** contra ato da **Diretora Técnica da 26ª Ciretran de São Carlos**, figurando como ente público interessado o **Departamento Estadual de Trânsito-Detran**. Aduz, em síntese, que é proprietária do veículo Volkswagen Fox, placa DWP 3439, cor preta, sobre o qual vem incidindo injustamente diversas infrações de trânsito, tendo recebido correspondência do DETRAN/MG, informando que seu veículo está apreendido na cidade de Divinópolis/MG e que deveria providenciar sua imediata liberação. Informa que foi notificada pelo referido DETRAN de que seu veículo iria a leilão público, tendo registrado Boletim de Ocorrência, requerendo a instauração de Processo Administrativo junto a CIRETRAN para localização e apreensão do Dublê. Registra que está sendo impedida de realizar o licenciamento, diante da existência de inúmeras multas pertencentes ao veículo dublê. Requereu a concessão de liminar para que se determinasse à autoridade coatora o licenciamento de seu veículo sem o pagamentos das multas. Requer a concessão da segurança para ver cumprida a liminar, bem como declarada a inexigibilidade das multas impostas. Com a inicial vieram os documentos de fls. 6/24.

Liminar concedida às fls. 25/26.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O ente público interessado, Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo- Detran, requereu a sua admissão como assistente litisconsorcial (fls. 46).

A autoridade coatora prestou informações às fls. 47/49, apontando que o veículo foi licenciado e que há procedimento administrativo em trâmite, para apurar a existência de veículo clonado. Informou, ainda, que uma vez constatado que as infrações foram praticadas por veículo dublê ou clonado, as multas serão baixadas.

O Ministério Público manifestou-se pela sua não intervenção no feito (fls. 43).

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

Os documentos que acompanham a inicial evidenciam que o veículo da impetrante possivelmente foi objeto de clonagem, não se justificando a atribuição a ela das multas que estão sendo questionadas em regular procedimento administrativo, nem que lhe seja obstado o licenciamento, se elas não forem quitadas.

O licenciamento de um veículo é ato administrativo e deverá ser realizado anualmente para fins de regularização, nos moldes do disposto no artigo 130 do Código de Trânsito Brasileiro.

A autoridade coatora confirmou a instauração do procedimento administrativo que visa comprovar a existência de veículo clonado.

Assim, não pode a impetrante ser obrigada a efetuar o recolhimento das multas, para proceder ao licenciamento de seu veículo, enquanto discute administrativamente a sua validade, sendo patente, portanto o seu direito líquido e certo.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido, **concedendo** a segurança, para convalidar a liminar e, assim, determinar que não seja aplicada nenhuma sanção administrativa à impetrante até o término do procedimento administrativo, ficando possibilitada de realizar o licenciamento anual de seu veículo, independentemente do pagamento das multas aqui questionadas, até o final da apuração, devendo recolher, apenas, as relativas às infrações por ela reconhecidas (fls. 03).

A substituição da placa do veículo descrito na inicial, deverá ser requerida administrativamente, uma vez que o pleito não constou do pedido inicial.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Custas na forma da lei, sendo indevidos honorários.

Comunique-se, por ofício, o teor desta decisão à autoridade tida como coatora.

Escoados os prazos de recurso, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça para o reexame necessário, como determina a regra específica da Lei nº 12.016/09, isto é, artigo 14, parágrafo 1º.

P. R. I.C.

São Carlos, 11 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**